

Viver o Local: Potencialidade do Turismo de Base Comunitária no Parque Nacional do Cabo Orange (AP)

David Leonardo Bouças da Silva¹

Letícia Conceição Martins Cardoso²

Resumo

O presente trabalho entende que o Turismo de Base Comunitária (TBC) apresenta potencial de geração de renda e inclusão social, conservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida dos habitantes dos parques nacionais brasileiros, apesar do remanejamento compulsório presente na legislação. A metodologia utilizada consistiu em levantamento de bibliografia específica sobre as temáticas referidas, observações de campo e entrevistas com atores envolvidos no turismo do Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO), Estado do Amapá, através da participação na experimentação prevista no Projeto Tartaruga Imbricata, realizada em maio de 2009. Diante das restrições quanto ao uso e à ocupação do território impostas pela legislação vigente, conclui-se que o TBC oportuniza a ressignificação da experiência cultural das comunidades locais, traduzida em possibilidades de se integrarem ao manejo da unidade de conservação, abrandando alguns efeitos negativos da realocação dessas populações. A experiência do turismo com enfoque comunitário no PNCO confirma a expectativa acima mencionada.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Identidades. Remanejamento. Tradução Cultural. Parque Nacional do Cabo Orange.

Introdução

A noção de Turismo de Base Comunitária (TBC) que referencia o presente trabalho, parte da concepção de que o turismo demanda um olhar amplo e integrador das vertentes socioculturais e ambientais. A sustentabilidade da atividade se relaciona à capacidade de manutenção da qualidade e atratividade dos recursos naturais e culturais – produto turístico – de maneira a proporcionar inclusão das populações locais e viabilidade econômica aos destinos (KRIPPENDORF, 2000).

No contexto da sustentabilidade, emerge uma discussão que se relaciona à utilização de áreas naturais protegidas como atrativo turístico, situação esta traduzida como um grande

¹ Mestre pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Professor do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão. Email: davidboucas81@hotmail.com.

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, Campus II. Email: lelecardoso@yahoo.com.br.

desafio ao manejo destes espaços, porquanto, necessariamente, precisa conciliar objetivos historicamente divergentes: preservação da natureza e atividades de visitação (SILVA, 2008).

Esta oposição é resultante da ideologia norte-americana contida no *Yellowstone National Park* (1872), segundo a qual a presença de populações tradicionais, residindo em parques nacionais (PARNAs), seria incompatível à preservação/conservação dos ecossistemas envolvidos³ (DIEGUES, 2004), fato que desconsidera as condições específicas da realidade brasileira, posto que, na maior parte dos casos, as áreas sob proteção legal abrigariam populações extremamente empobrecidas (SILVA; SILVA FILHO, 2008).

Contudo, entende-se que o TBC, realizado em PARNAs, potencializa a coexistência das comunidades receptoras e de turistas, promovendo geração de renda, equilíbrio ecológico, valorização e fortalecimento da cultura local. Além disso, reitera-se que a exploração predatória do turismo brasileiro, observada em inúmeros destinos e, mais recentemente, em torno de parques nacionais como Lençóis Maranhenses e Jericoacoara, tem ocasionado impactos socioambientais que resultam na degradação da natureza e numa modificação da identidade cultural das populações envolvidas a partir do empobrecimento da sua experiência tradicional, pois precisam se adequar a práticas que nada têm a ver com seu universo simbólico, a exemplo do pescador que deixa a rede e a canoa por um salário de motorista de uma empresa, da quebradeira de coco que passa a ser faxineira em um *resort* de luxo, dos habitantes locais que abandonam a região por causa do acentuado aumento do custo de vida⁴.

Observando esta situação adversa do desenvolvimento turístico em unidades de conservação (UCs), é que se concebe a necessária proposição de alternativas às atividades turísticas tradicionalmente realizadas no cenário nacional. Sendo assim, propõe-se o TBC, porquanto apresenta potencial de valorização do *modus vivendi* das comunidades receptoras e de suas riquezas identitárias, tendo como pano de fundo, a natureza. Ademais, a experiência turística comunitária se apóia na oferta cultural das comunidades, por meio de suas diversas manifestações artísticas e cotidianas (pesca, artesanato, festejos, entre outros).

³ O artigo 42 da Lei 9.985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), exposto em seguida, confirma a adoção do modelo de *wilderness* presente em *Yellowstone*, ou seja: “As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes” (BRASIL, 2000).

⁴ Resultados obtidos no relatório elaborado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, a partir do Projeto de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas regiões dos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba, Serra da Capivara e Jericoacoara (2008), uma parceria entre AECID, MTur e IABS.

Nesse âmbito, emerge o Amapá, com praticamente 60% de seu território abrangido por unidades de conservação e terras indígenas (PORTO, 2006). Com mais especificidade, enforçar-se-á a primeira UC federal do Estado – Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) – em decorrência das inúmeras comunidades residentes em seu entorno e que mantêm práticas consideradas tradicionais, já extintas na Guiana Francesa⁵, país que fica apenas do outro lado do rio Oiapoque. A fronteira geográfica também se tornou simbólica, ao separar e ligar imaginários culturais que passaram a ser tão diferenciados, conforme as linhas subseqüentes.

O papel central que a cultura local assume no âmbito do TBC requer não uma concepção *preservacionista* ou *folclórica* de cultura, predominantes nas políticas públicas estatais⁶, mas uma análise que permita entendê-la como produção dinâmica, em constante reelaboração. Afinal, a cultura não se dá de maneira consensual, mas resulta de relações de forças. Por isso, é natural que ela esteja em permanente tensão, não podendo ser desvinculada do mundo social do qual a indústria cultural, o consumo turístico, a mídia, o mercado e a política fazem parte (CARDOSO, 2008).

A perspectiva teórica de Stuart Hall é promissora para discernir as diversas significações culturais produzidas pelas comunidades do PNCO e propiciadas pelo TBC. Segundo Hall (2006, p. 43), “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”. É produção simbólica, mas o trabalho produtivo depende de um conhecimento da tradição, que por sua vez é (re)atualizada e dinamizada pelas gerações e pelos processos sociais, tais como as ações políticas e de mercado, a mídia, as novas tecnologias, a globalização, o turismo. O que essas dinâmicas fazem é “nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos de nossas tradições” (HALL, 2006, p. 43).

⁵ Conheceu-se a proposta de TBC no PNCO, graças à participação de um dos autores deste artigo na Primeira Experimentação do TBC promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com uma empresa de turismo da Guiana Francesa, através do Projeto Tartaruga Imbricata que vislumbra o desenvolvimento turístico com base no conhecimento e valorização dos hábitos culturais locais.

⁶ Historicamente, a política cultural brasileira é marcadamente patrimonialista e preservacionista, a exemplo do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), que visa proteger vestígios e fragmentos do passado como fonte privilegiada para a construção de uma identidade nacional, reproduzindo estruturas ideológicas e relações sociais que legitimam essa prática. A tendência de “folclorizar” (conceber os produtos culturais como exóticos) valoriza a tradição como presença necessária do passado (ORTIZ, 1985), considerando as transformações da cultura como dessacralização da sabedoria popular. É uma forma conservadora de tratar a cultura, definida por Ulpiano Meneses como a museificação do patrimônio cultural, atraindo visitantes pela *encenação e dramatização* da memória, através de ilusões. Ver mais em: CARDOSO (2008).

Entende-se, assim, que a proposta de TBC, na qual as populações locais são agentes ativos na organização do turismo, oferece possibilidades de prospectar soluções adequadas para o desenvolvimento de condições de vida melhores. Ou ainda, conforme o *World Wildlife Fund International* (2001), a visitação com enfoque comunitário deveria fomentar o uso sustentável e a responsabilidade coletiva das populações envolvidas, todavia, do mesmo modo, deveria aceitar as iniciativas individuais na comunidade⁷.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva apresentar o potencial do TBC, a partir da experimentação implementada no PNCO, que consiste numa forma de visitação turística que atende aos objetivos de criação dos parques nacionais⁸. A metodologia utilizada consistiu em levantamento de bibliografia específica, observações de campo e entrevistas realizadas em maio de 2009, com atores envolvidos no turismo do PNCO – comunidades locais, ICMBio e representantes de uma agência de turismo da Guiana Francesa – por meio da participação na Primeira Experimentação prevista no Projeto Tartaruga Imbricata (TI)⁹. Vale destacar, *a priori*, a relevância desta proposta de visitação que possibilita o envolvimento direto da comunidade na organização da atividade turística, a partir dos seus ideais locais.

Um rio, duas realidades

O que separa geograficamente as populações do Amapá e da Guiana Francesa é apenas o Rio Oiapoque. No passado, poder-se-ia afirmar que os imaginários simbólicos de uma região e de outra eram bem parecidos, as populações viviam de atividades de subsistência, com influências indígenas, seguindo uma lógica de colonização, em que as práticas de sobrevivência locais se assentavam na extração direta dos recursos ambientais disponíveis e a presença do Estado era pouco sentida. No entanto, aos poucos, a lógica de vida das populações guianenses se diferenciou devido, sobretudo, aos subsídios do governo francês

⁷ Tradução nossa.

⁸ Na definição do SNUC, artigo 11, o parque nacional é entendido como um espaço próprio para a preservação “de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a *realização de pesquisas científicas* e o desenvolvimento de *atividades de educação e interpretação ambiental*, de recreação em contato com a natureza e de *turismo ecológico*” [grifo nosso] (BRASIL, 2000).

⁹ Esta experimentação consistiu na simulação da visitação nas comunidades locais, organizada pelo ICMBio/PNCO, acompanhada por pesquisadores do CDS/UnB e IBAMA/Brasília, para um grupo de turistas franceses, a fim de colher as impressões gerais sobre seu potencial turístico. Simulações desta natureza estão previstas ao longo do projeto TI, cujo objetivo maior é o de experimentar uma rota de turismo integrando Roura (Guiana Francesa) ao PNCO (Brasil), dentro de um modelo de TBC, a ser desenvolvido com as comunidades do entorno do parque nacional em questão. Ver mais em: www.socioambiental.org.br.

que ocasionaram o abandono de atividades de subsistência¹⁰. Situação esta que justifica o interesse especial do público estrangeiro nos aspectos culturais do PNCO, pois, no aspecto paisagístico, a Guiana Francesa também apresenta exuberante variedade de ecossistemas.

Do lado de cá do rio, o Estado remanejou as populações que residiam no interior do PNCO, lançando mão de uma lei importada que, conforme menção anterior, não observou as especificidades socioculturais brasileiras. A efetivação desta lei que classificou e nomeou as comunidades locais como ameaça aos parques nacionais é aqui considerada um ato de poder que cria/institui realidades¹¹. Seguindo, ainda, pensamento de Bourdieu (1996, p. 107-108), o Estado, que dispõe “de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico”, fazendo ignorar-reconhecer a violência que essas relações encerram objetivamente (BOURDIEU, 2003).

Neste processo, está o agente que obtém mais reconhecimento, obediência e exerce a verdade legítima. E se o Estado tem o poder (simbólico) de impor uma visão/divisão/definição legítima de mundo, ele acaba produzindo a existência daquilo que afirma. A política de conservação dos parques nacionais é, por conseguinte, difundida como verdade do Estado, mas nem sempre é reconhecida pelos agentes sociais, logo, nem sempre é tida como legítima, já que uma condição para a manutenção do poder é o reconhecimento. Além disso, a obediência também está condicionada à compreensão de que haverá uma reciprocidade posterior no que se refere a ações que tragam proveito. Desse modo, as verdades do Estado podem ser aceitas e reproduzidas, mas também reinventadas e contestadas pelos atores sociais, segundo seus interesses e de acordo com sua visão de mundo.

Assim, mesmo que o discurso do Estado seja predominante e verticalizado, ele é passível de reelaborações e questionamentos. E nesta seara, a pesquisa acadêmica tem grande relevância, muitas vezes sendo porta-voz das consideradas “minorias sociais”. Apesar de concentrar poder, para manter sua legitimidade, o Estado precisa negociar suas ações com a população e com o discurso autorizado da ciência.

¹⁰ Neste tópico, algumas informações foram obtidas a partir de conversas pessoais com moradores da região.

¹¹ Na acepção de Bourdieu (1996), o ato de *nomear* é ao mesmo tempo um ato de instituição e destituição fundado socialmente, através do qual um indivíduo, agindo em seu próprio nome ou em nome de um grupo, quer transmitir a alguém o significado de que ele possui uma dada qualidade, querendo ao mesmo tempo cobrar um comportamento de seu interlocutor que corresponda a seu *status* social.

Nesta dicotomia, percebe-se que o ICMBio, por meio do Projeto TI, objetiva a integração da comunidade ao manejo da UC e a geração de renda, com melhoria de qualidade de vida. No entorno, impor-se-á algumas restrições, como proibições à pesca em determinadas áreas, enquanto que, para os poucos residentes no PARNA, propõe-se que o turismo substitua as atividades consideradas ilegais. A situação histórica de oposição da comunidade ao órgão gestor do PNCO, por razões diversas – mas principalmente relacionadas às restrições de uso dos recursos naturais – dá sinais de apaziguamento, pois as populações se mostram articuladas e interessadas na organização do TBC local, sobretudo devido ao seu potencial de criar meios de garantir a sobrevivência dessas comunidades.

Neste processo, que é de disputa, e não propriamente de dominação, Estado e comunidades locais buscam ajustar a realidade segundo seus interesses. Se por um lado, o Estado impõe uma Lei justificada na preservação do PNCO, ganhando capital simbólico e legitimidade a partir do discurso ecológico; por outro, as populações nativas negociam como podem esse espaço, adaptando-se à nova realidade ao *ressignificar* sua experiência (HALL, 2006), num processo de *tradução cultural* (BHABHA, 2005). Isso aconteceu tanto na Guiana quanto no Amapá só que com causas e resultados diferentes.

De acordo com Hall (2006, p. 33), o significado não pode ser fixado definitivamente, o que quer dizer que a experiência humana se ressignifica continuamente, ou seja, “sempre há o ‘deslize’ inevitável do significado na semiose aberta de uma cultura, enquanto aquilo que parece fixo continua a ser dialogicamente reapropriado”. Já a tradução da experiência é uma reapropriação com elementos novos. Traduzir é “viver nas fronteiras”; estar num “entrelugar”; é “uma condição de hibridismo que confere poder, uma emergência que transforma o retorno em reinscrição” (BHABHA, 2005, p. 311).

As regiões a serem visitadas no PNCO são geralmente muito isoladas, com características culturais únicas e próprias da região. O TBC constitui um elo entre as comunidades nativas e mundo exterior, neste sentido, ele representa uma *fronteira*, não como limite ou separação, mas como possibilidades de contato com o que está do outro lado.

Neste processo, os agentes também desempenham papéis fronteiriços no mundo social. Elementos econômicos, políticos e culturais são reapropriados e reinscritos pelos atores na sua experiência cotidiana, não se podendo identificar onde começa um e onde o outro termina, já que a ressignificação não é percebida racionalmente pelos sujeitos e se dá de

forma espontânea – atendendo às necessidades comuns do dia-dia. Exemplificando, na comunidade Taperebá, antiga vila de pescadores e um dos pontos da visitação, as populações se deslocaram aos poucos, sobretudo por conta do remanejamento anunciado por gestões passadas e devido ao seu isolamento geográfico. Essas populações migraram para a sede do município e procuram garantir seu meio de vida se inserindo na lógica de mercado (comércio, prestação de serviços, entre outros). No entanto, há casos em que a comunidade aproveita suas atividades rotineiras como atrativos turísticos, a exemplo do processo da produção de farinha, da fabricação do chocolate caseiro, da criação de búfalos usada para passeio e exposição, da travessia do rio em barcos rústicos com os pescadores locais, entre outros.

A Filosofia do Turismo de Base Comunitária

A temática do TBC no contexto brasileiro, embora recente, apresenta um crescimento significativo do interesse acadêmico, em que propostas e estudos relacionados à prática desta modalidade vêm sendo reconhecidos em diversas regiões do país. A variedade de impactos advindos do desenvolvimento turístico sobre as comunidades receptoras, principalmente quando se trata de populações empobrecidas do terceiro mundo, levanta discussões sobre o indispensável repensar dos modelos de turismo adotados em diversos destinos do mundo. Esta afirmação é defendida por Irving, Rodrigues e Filho (2002, p.94), pois em suas concepções:

[...] a construção de estratégias de turismo com base comunitária tem sido um desafio de universidades, instituições governamentais, organizações não governamentais e demais setores da sociedade, uma vez que os modelos tradicionais de desenvolvimento turístico têm sido frequentemente associados à descaracterização da cultura local, exclusão social e econômica das populações residentes e geração de impactos negativos com relação à base de recursos naturais.

Na busca por caminhos sustentáveis, o setor turístico enseja mudanças de comportamento que vislumbrem a distribuição mais equitativa dos benefícios e que, por meio do TBC, projetos turísticos sejam implementados, de forma a envolver a participação e o controle efetivo das comunidades locais sobre o seu desenvolvimento e gestão (WWF-INTERNATIONAL, 2001). Este envolvimento ganha respaldo nas palavras de Clark e Banford (apud WEARING e NEIL, 2002, p.132) que reconhecem não haver “razão pela qual os países ou comunidades não devam decidir que tipo de turismo estão dispostos a aceitar e pela qual não imponha limites ao grau de mudança que estão dispostos a tolerar”.

Com base nas proposições acima, destaca-se o caráter louvável do Projeto TI que, desde a concepção da proposta, vem proporcionando a participação comunitária, fomentando discussões dos moldes desenvolvimentistas desejados e reforçando que o TBC, ao depender e se apoiar nessas populações, solidifica seus traços culturais e garante formas de envolvê-los na fiscalização da UC. Neste ponto, é fundamental atinar a alguns conceitos sobre o TBC, de modo a clarividenciar sua filosofia, destacando suas características inovadoras, afora sua potencialidade em construir meios de facilitar a gestão de áreas protegidas.

Para o WWF-Brasil (2003), o TBC é entendido como aquele que estabelece suas bases na integração com os rumos do desenvolvimento regional, na gestão comunitária do receptivo, na vivência e troca de saberes entre comunidades e turistas, na valorização cultural e ambiental e no acesso amplo aos benefícios advindos do turismo. Portanto, no TBC, as atividades culturais são apresentadas como atrativo principal – em detrimento ao apelo paisagístico – condição que propicia um conhecimento mais aprofundado dos hábitos comunitários, reduzindo estranhamentos entre visitantes e visitados, e trabalhando a auto-estima da comunidade receptora, dando, assim, condições do turismo ganhar estímulos duradouros. Estes fatores somados à preocupação com a qualidade ecossistêmica traduzem o porquê do TBC proporcionar a maior parte dos efeitos benéficos às populações locais.

Atentando à diversidade dos prováveis impactos positivos do TBC, identifica-se a afinidade de sua filosofia com o manejo dos parques nacionais que, para alguns autores, é definido como ecoturismo de base comunitária (EBC). Doria e Rosendo (2003) bem esclarecem esta situação ao refletirem que o EBC, por se basear na premissa dos benefícios econômicos do turismo socio-ecologicamente responsável, encorajará os visitados a protegerem os ecossistemas naturais e a sua biodiversidade¹².

Neste sentido, o TBC vai ao encontro do que Santos (2003) denomina *movimento emancipatório contra-hegemônico*, na medida em que utiliza instrumentos hegemônicos (capitalismo, globalização, mercado, turismo) para desconcentrar a hegemonia, transformando as realidades em que vivemos, baseando-se na diversidade, no respeito às diferenças e na cidadania. Os diversos movimentos identitários locais ganharam um novo fôlego no mundo contemporâneo, impulsionados pelos processos de globalização. Paradoxalmente, o processo de globalização, que seria responsável pela inevitável homogeneização/padronização mundial

¹² Tradução nossa.

de bens materiais e simbólicos, acabou gerando uma preocupação maior com a identidade, o que fez proliferar novos movimentos culturais e formas contra-hegemônicas de atuação política. No âmbito da cultura, fala-se hoje na existência de uma *glocalização*, a conexão entre o global e o local, em que a força do lugar impregna a cultura e transforma o processo de globalização em glocalização (CARDOSO, 2008).

Neste cenário, o TBC constitui um *movimento emancipatório contra-hegemônico*, na medida em que utiliza instrumentos hegemônicos (capitalismo, globalização, mercado) para contestar a própria hegemonia, transformando as realidades em que vivemos segundo nossas aspirações. Sendo assim, reitera-se a relevância do TBC, porquanto a atividade turística ganha um novo *status*, ao contribuir para a manutenção das práticas culturais locais, na medida em que o visitante é que se adequa aos modos de ser e de estar das comunidades. E estas, ao reconhecerem a sua cultura enquanto atrativo turístico e fonte de renda, dão continuidade ou reelaboram as suas tradições, sem perderem a referência com seu universo simbólico.

A Potencialidade do PARNA do Cabo Orange para o Turismo de Base Comunitária

O PNCO, criado por meio do Decreto nº 84.913/80, abrange uma área de 619 mil hectares¹³ e está localizado no extremo norte do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa e na foz do rio Oiapoque¹⁴. O PNCO abriga populações submetidas a situações extremas de pobreza e apresenta um dos mais baixos IDHs do Brasil (IBGE, 2009), ratificando a necessidade de fomentar atividades que gerem melhorias na qualidade de vida local.

O PNCO possui belezas naturais bastante conservadas e com nítida atratividade turística. Caso dos rios Oiapoque, Primeiro do Cassiporé, Cassiporé, Cunani e Uaçá, que possibilitam passeios embarcados e a prática de *rafting* (figura 1). Esta riqueza ecossistêmica é confirmada consoante o trecho abaixo:

Essa região [...] possui uma rica diversidade biológica e [...] Representa através do seu litoral recoberto por manguezais, um grande berçário para diversas espécies de peixes e aves, sendo que suas florestas abrigam uma variada flora e fauna, podendo existir espécies ainda desconhecidas da ciência (IBAMA, s.d., p.3.).

¹³ A área terrestre do parque engloba 218 mil hectares e 209 mil hectares dos municípios de Oiapoque e Calçoene, respectivamente.

¹⁴ As informações contidas neste tópico foram extraídas do plano de manejo do PNCO que ainda se encontra em fase de elaboração, portanto, não disponível publicamente.

Figura 1: Parte da atratividade turística dos rios Oiapoque e Primeiro do Cassiporé



A vasta biodiversidade do PNCO possibilita ainda contemplar espécies animais e vegetais, realizar trabalhos de educação ambiental e pesquisa científica. Neste ponto, o Projeto Quelônios do Cassiporé¹⁵ ilustra bem esta situação (figura 2). No entanto, o estilo de vida dos moradores, seus hábitos e espírito comunitários constituem os atrativos-chaves. Esses grupos apresentam uma cultura mais ao modo tradicional, em condições bastante preservadas, disponibilizando uma série de atividades interessantes do ponto-de-vista turístico.

Figura 2: Projeto Quelônios do Cassiporé



O fato do francês da Guiana ter se distanciado do *modus vivendi* antigo e, nos dias atuais, inserir-se na lógica capitalista-globalizada, tal qual o francês europeu, gerou uma curiosidade em interagir com os hábitos simples da população amapaense, contemplar uma natureza pouco visitada, realizar atividades de turismo de aventura, tudo isso assentado na experiência da vida comunitária. Sendo assim, o turismo proposto no PNCO, tendo em vista

¹⁵ Projeto de autoria do ICMBio/PNCO que visa a reprodução de tartarugas de água doce, além de coibir as práticas antigas da comunidade de comer os ovos destas espécies animais.

seu isolamento geográfico, ocorre a partir da utilização de embarcações adequadas à proposta de turismo mais rústico, baseado no que tipicamente pertence à região do PARNA do Cabo Orange, a exemplo do barco Peixe-boi de propriedade do ICMBio/Oiapoque (figura 3). As principais atividades que transmitem a realidade das populações receptoras e com forte potencial de visitação, são abordadas nas linhas que seguem.

Figura 3: Estilo de embarcação utilizada na visitação do PNCO



Primeiramente, destaca-se o preparo artesanal do chocolate na comunidade de Vila Velha em que é possível observar diferentes etapas do processo – colher o cacau, extrair, fermentar e torrar a amêndoa, descascar depois de torrado, socar no pilão, entre outros – além da degustação do suco de cacau feito com leite de búfala (figura 4).

Figura 4: Parte do preparo artesanal do chocolate



Outra atividade artesanal interessante sob a ótica do turismo consiste no preparo da farinha. Esta experiência, bem formatada em destinos como Barreirinhas (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses), foi seguida da experimentação do beiju de farinha (figura 5).

Durante toda a visitação, possibilita-se a apreciação da culinária da região. O preparo das refeições é de responsabilidade dos moradores e a partir dos produtos disponíveis

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

localmente, sem alterar o que é costumeiro. No café-da-manhã, é possível degustar beiju, banana frita, bolinho de banana, pupunha, macaxeira, batata-doce, queijo e leite de búfala, e café. Para o almoço, oferece-se diversidade de pratos, tais como: Filhote assado, a escabeche e frito, caldeirada de filhote, macaxeira frita, purê de macaxeira, baião-de-dois, salada – tomate, pepino e pimentinha – peixe tamuatá no tucupi, farinha e frutas como pupunha, banana e cupuaçu; licor de cacau, de açaí e de jenipapo, sucos de açaí, caju e cupuaçu, bombom de chocolate e cupuaçu, e o doce casadinho de cupuaçu (figura 6).

Figura 5: Visitação à casa de farinha com degustação do beiju



Figura 6: Café-da-manhã e almoço com produtos locais



Momento que oportuniza maior proximidade entre turistas e comunidades consiste na entrega de lembranças feitas com produtos locais – chocolate em barra, pupunha, casadinho e bombons – afora a prática cotidiana de relatar histórias interessantes sobre a região, ilustrando bem o conhecimento repassado ao longo de gerações (figura 7).

Além das possíveis atividades de visita citadas acima, identifica-se potencial para realização: da pesca em canoa tradicional com o pescador; de demonstrações para turistas

sobre a confecção do artesanato, com posterior comercialização; de trilhas ecológicas, com pernoite em cabanas improvisadas, focagem de animais como jacaré e os macacos vermelhos.

Figura 7: Entrega de lembranças e relato de histórias em Taperebá



Caso especial a ser tratado consiste na visitação a uma fazenda de búfalos, de propriedade de um antigo morador que, atualmente, adquire sua renda baseada na venda do gado e produção de leite e derivados¹⁶. Para o turismo, pretende-se ofertar visita aos estábulos, montaria no búfalo, ordenhamento e preparo do queijo de búfala (figura 8).

Figura 8: Visita aos estábulos e montaria no búfalo



Por meio de experiências assentadas no Turismo de Base Comunitária, verifica-se o atendimento dos potenciais benefícios gerados pelo setor turístico à comunidade receptiva, através do fornecimento de bens e serviços, da comercialização de artesanato e produtos locais com os visitantes, bem como dos investimentos na infraestrutura que beneficie esta população (WTO, 2007).

¹⁶ É fundamental atentar à legislação pertinente que não permite criação de animais no interior de parques nacionais (Lei N° 9.985/00). Sendo assim, o antigo morador já vem reduzindo seu rebanho e se interessa em angariar recursos financeiros com o envolvimento no turismo local.

Conclusões

A proposta de TBC, defendida neste trabalho, contrapõe-se à filosofia incutida em *Yellowstone*, ao entender que existem meios das populações viverem em harmonia com a natureza da qual dependem. No contexto dos PARNAs, cujo uso e ocupação do território estão sujeitos a restrições, o TBC consiste numa alternativa para a geração de renda e inclusão social, conservação da natureza e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

O TBC idealizado para o PNCO potencializa também a coexistência das comunidades locais e de turistas, ao assegurar que a experiência da visita propicie a valorização e o fortalecimento da cultura local, devido ao respeito mútuo e ao fomento à manutenção das atividades tradicionais da região. Entende-se, ainda, que o TBC oportuniza a ressignificação da experiência cultural das comunidades locais, traduzida em possibilidades de se integrarem ao manejo da UC, abrandando alguns efeitos negativos da realocação dessas populações.

Releva-se, ainda, que a proposta de visita do PNCO contempla três situações conjugadas: reconhecimento da cultura e dos hábitos comunitários como principal atrativo turístico; contribuições às atividades de vigilância e fiscalização, por meio da observação e denúncia de irregularidades que ameacem a preservação/conservação do PNCO; facilitação do escoamento da produção local – cacau, melancia, banana, jerimum, farinha, entre outros – dificultado pelo isolamento geográfico a que as populações da região estão submetidas.

Por fim, conclui-se que o modo de vida local, condição *sine qua non* para a expansão do turismo no PNCO, ratifica a lógica indissociável de que as áreas protegidas, além de terem uma relação permanente com as comunidades residentes, porquanto lhes garante meios de subsistência – perante a ineficiência do Estado na garantia de condições dignas de vida – necessita da presença desses grupos humanos no combate ao avanço da degradação ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2006. 56 p.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARDOSO, L. C. M. *O teatro do poder: cultura e política no Maranhão*. (dissertação de mestrado). São Luís: UFMA, 2008. 179 p.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. – 5. ed. – São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2004. 169 p.

DORIA, C. R. C.; ROSENDO, S.F.D. *Community-based ecotourism in the Pedras Negras and Curralinho Extractive Reserves, Guaporé River Valley*. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Doria_Rosendo.pdf>. Acesso em 20 jul. 2009.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estados@*. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 28.05.09.

IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. G. O.; NEVES FILHO, N. C. *Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária – Um estudo de caso*. In: Turismo: o desafio da sustentabilidade. IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. São Paulo: Futura, 2002. p. 93-112.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Parque Nacional do Cabo Orange*. – Amapá: ICMBio, s.d.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Tradução: Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2000. 186 p.

PORTO, J. L. R. *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*. – Série Percepções do Amapá. V.4. – Macapá: Jadson Porto: 2006.

SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, D. L. B. *Turismo em Unidades de Conservação: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, D. L. B.; SILVA FILHO, J. C. B. *Tratamento individualizado: Um caminho para solucionar a problemática da presença de populações residentes em parques nacionais*. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1795, 31 maio 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11339>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Tradução: Carlos David Szlak. São Paulo: Manole, 2002.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). *Climate Change and Tourism*. UNWTO News: Magazine of the World Tourism Organization. Year XXI, Issue 2/2007. Madrid, Spain: WTO, 2007.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF-BRASIL). *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. MITRAUD, Sylvia (org.). Brasília, DF: WWF, 2003. 470 p.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF-INTERNATIONAL). *Directrices para el desarrollo del turismo comunitario*. 2001. Disponível em: <http://www.panda.org/resources/publications/sustainability/indigenous/Guidelines_sp.pdf> Acesso em: 15 dez. 2002.